

Marco Legal de Ciência e Tecnologia

<p>LEI Nº 10.973, de 12/2004.</p> <p>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à</p>	<p>LEI Nº 10.973, com as alterações do “Marco Legal,” de 01/2016.</p> <p>Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.</p> <p>O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:</p> <p>CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</p> <p>Art. 1º Esta Lei estabelece medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação</p>	<p>Comentários (Vera Abreu OAB/DF 7526)</p>
--	---	--

<p>inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento industrial do País, nos termos dos arts. 218 e 219 da Constituição.</p>	<p>tecnológica, ao alcance da autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional do País, nos termos dos arts. 23, 24, 167, 200, 213, 218, 219 e 219-A da Constituição Federal.</p> <p>Parágrafo único. As medidas às quais se refere o caput deverão observar os seguintes princípios:</p> <p>I - promoção das atividades científicas e tecnológicas como estratégicas para o desenvolvimento econômico e social;</p> <p>II - promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros para tal finalidade;</p> <p>III - redução das desigualdades regionais;</p> <p>IV - descentralização das atividades de ciência, tecnologia e inovação em cada esfera de governo, com desconcentração em cada ente federado;</p> <p>V - promoção da cooperação e interação entre</p>	<p>Acrescenta artigos da CF, os quais estabelecem princípios que embasam os objetivos da Lei (marco legal).</p>
--	--	---

	<p>os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas;</p> <p>VI - estímulo à atividade de inovação nas Instituições Científica, Tecnológica e de Inovação (ICTs) e nas empresas, inclusive para a atração, a constituição e a instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação e de parques e polos tecnológicos no País;</p> <p>VII - promoção da competitividade empresarial nos mercados nacional e internacional;</p> <p>VIII - incentivo à constituição de ambientes favoráveis à inovação e às atividades de transferência de tecnologia;</p> <p>IX - promoção e continuidade dos processos de formação e capacitação científica e tecnológica;</p> <p>X - fortalecimento das capacidades operacional, científica, tecnológica e administrativa das ICTs;</p> <p>XI - atratividade dos instrumentos de fomento e</p>	
--	--	--

<p>Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:</p> <p>I - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;</p> <p>II - criação: invenção, modelo de utilidade,</p>	<p>de crédito, bem como sua permanente atualização e aperfeiçoamento;</p> <p>XII - simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência, tecnologia e inovação e adoção de controle por resultados em sua avaliação;</p> <p>XIII - utilização do poder de compra do Estado para fomento à inovação;</p> <p>XIV - apoio, incentivo e integração dos inventores independentes às atividades das ICTs e ao sistema produtivo.</p> <p>Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:</p> <p>I - agência de fomento: órgão ou instituição de natureza pública ou privada que tenha entre os seus objetivos o financiamento de ações que visem a estimular e promover o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da inovação;</p>	
--	--	--

<p>desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;</p> <p>III - criador: pesquisador que seja inventor, obtentor ou autor de criação;</p> <p>IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços;</p>	<p>II - criação: invenção, modelo de utilidade, desenho industrial, programa de computador, topografia de circuito integrado, nova cultivar ou cultivar essencialmente derivada e qualquer outro desenvolvimento tecnológico que acarrete ou possa acarretar o surgimento de novo produto, processo ou aperfeiçoamento incremental, obtida por um ou mais criadores;</p> <p>III - criador: pessoa física que seja inventora, obtentora ou autora de criação;</p> <p>III-A - incubadora de empresas: organização ou estrutura que objetiva estimular ou prestar apoio logístico, gerencial e tecnológico ao empreendedorismo inovador e intensivo em conhecimento, com o objetivo de facilitar a criação e o desenvolvimento de empresas que tenham como diferencial a realização de atividades voltadas à inovação;</p> <p>IV - inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou</p>	<p>Esclarece que “criador” é apenas “pessoa física”.</p> <p>Define “incubadora de empresas de Inovação”.</p>
--	--	--

<p>V - Instituição Científica e Tecnológica - ICT: órgão ou entidade da administração pública que tenha por missão institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico;</p> <p>VI - núcleo de inovação tecnológica: núcleo ou órgão constituído por uma ou mais ICT com a finalidade de gerir sua política de inovação;</p> <p>VII - instituição de apoio: instituições criadas sob o amparo da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de</p>	<p>que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho;</p> <p>V - Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT): órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta ou pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos legalmente constituída sob as leis brasileiras, com sede e foro no País, que inclua em sua missão institucional ou em seu objetivo social ou estatutário a pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico ou o desenvolvimento de novos produtos, serviços ou processos;</p> <p>VI - Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT): estrutura instituída por uma ou mais ICTs, com ou sem personalidade jurídica própria, que tenha por finalidade a gestão de política institucional de inovação e por competências mínimas as atribuições previstas nesta Lei;</p> <p>VII - fundação de apoio: fundação criada com a</p>	<p>Delimita a definição do conceito “inovação”.</p> <p>Amplia o conceito de ICT para incluir na sua definição “pessoa jurídica de direito privado”.</p> <p>Atribui aos NITs a possibilidade de adquirir “personalidade jurídica própria”, além de ampliar competências e possibilidade destas serem ampliadas.</p> <p>Define competência às “fundações de apoio” e</p>
--	---	--

<p>1994, com a finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico;</p> <p>VIII - pesquisador público: ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público que realize pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico; e</p> <p>IX - inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.</p>	<p>finalidade de dar apoio a projetos de pesquisa, ensino e extensão, projetos de desenvolvimento institucional, científico, tecnológico e projetos de estímulo à inovação de interesse das ICTs, registrada e credenciada no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, e das demais legislações pertinentes nas esferas estadual, distrital e municipal;</p> <p>VIII - pesquisador público: ocupante de cargo público efetivo, civil ou militar, ou detentor de função ou emprego público que realize, como atribuição funcional, atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação;</p> <p>IX - inventor independente: pessoa física, não ocupante de cargo efetivo, cargo militar ou emprego público, que seja inventor, obtentor ou autor de criação.</p>	<p>condiciona seu funcionamento aos registros e credenciamentos no MCTI, MEC e adequação às demais legislações (estadual e municipal).</p> <p>Pesquisador público é aquele que tenha como atribuição funcional a atividade de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Não basta ser servidor da instituição. O cargo ocupado tem que estabelecer a “atribuição” do servidor como “pesquisador”.</p>
---	--	--

	<p>X - parque tecnológico: complexo planejado de desenvolvimento empresarial e tecnológico, promotor da cultura de inovação, da competitividade industrial, da capacitação empresarial e da promoção de sinergias em atividades de pesquisa científica, de desenvolvimento tecnológico e de inovação, entre empresas e uma ou mais ICTs, com ou sem vínculo entre si;</p> <p>XI - polo tecnológico: ambiente industrial e tecnológico caracterizado pela presença dominante de micro, pequenas e médias empresas com áreas correlatas de atuação em determinado espaço geográfico, com vínculos operacionais com ICT, recursos humanos, laboratórios e equipamentos organizados e com predisposição ao intercâmbio entre os entes envolvidos para consolidação, marketing e comercialização de novas tecnologias;</p> <p>XII - extensão tecnológica: atividade que auxilia no desenvolvimento, no aperfeiçoamento e na difusão de soluções tecnológicas e na sua</p>	
--	---	--

<p>CAPÍTULO II</p> <p>DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO</p>	<p>disponibilização à sociedade e ao mercado;</p> <p>XIII - bônus tecnológico: subvenção a microempresas e a empresas de pequeno e médio porte, com base em dotações orçamentárias de órgãos e entidades da administração pública, destinada ao pagamento de compartilhamento e uso de infraestrutura de pesquisa e desenvolvimento tecnológicos, de contratação de serviços tecnológicos especializados, ou transferência de tecnologia, quando esta for meramente complementar àqueles serviços, nos termos de regulamento.</p> <p>XIV - capital intelectual: conhecimento acumulado pelo pessoal da organização, passível de aplicação em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.</p> <p>CAPÍTULO II</p> <p>DO ESTÍMULO À CONSTRUÇÃO DE AMBIENTES ESPECIALIZADOS</p>	
---	--	--

<p>Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas nacionais, ICT e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos e processos inovadores.</p> <p>Parágrafo único. O apoio previsto neste artigo poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, bem como ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos.</p>	<p>E COOPERATIVOS DE INOVAÇÃO</p> <p>Art. 3º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento poderão estimular e apoiar a constituição de alianças estratégicas e o desenvolvimento de projetos de cooperação envolvendo empresas, ICTs e entidades privadas sem fins lucrativos voltados para atividades de pesquisa e desenvolvimento, que objetivem a geração de produtos, processos e serviços inovadores e a transferência e a difusão de tecnologia.</p> <p>Parágrafo único. O apoio previsto no caput poderá contemplar as redes e os projetos internacionais de pesquisa tecnológica, as ações de empreendedorismo tecnológico e de criação de ambientes de inovação, inclusive incubadoras e parques tecnológicos, e a formação e a capacitação de recursos humanos qualificados.</p> <p>Art. 3º-A. A Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, como secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e as Agências Financeiras Oficiais</p>	<p>O conceito jurídico para “entidades” (emprega-se para associações ou sociedades de pessoas) é mais amplo do que “organizações” (geralmente aplicado para organizações sem fins lucrativos). As agências de fomento passam a privilegiar também a capacitação humana.</p> <p>Explicita a autorização para que as financiadoras públicas possam firmar contrato com as Fundações de Apoio “com dispensa de licitação.”</p>
---	---	--

	<p>de Fomento poderão celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com as fundações de apoio, com a finalidade de dar apoio às IFES e demais ICTs, inclusive na gestão administrativa e financeira dos projetos mencionados no caput do art. 1º da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, com a anuência expressa das instituições apoiadas.</p> <p>Art. 3º-B. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICTs poderão apoiar a criação, a implantação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, incluídos parques e polos tecnológicos e incubadoras de empresas, como forma de incentivar o desenvolvimento tecnológico, o aumento da competitividade e a interação entre as empresas e as ICTs.</p> <p>§ 1º As incubadoras de empresas, os parques e polos tecnológicos e os demais ambientes promotores da inovação estabelecerão suas regras para fomento, concepção e desenvolvimento de projetos em</p>	<p>Explicita autorização às entidades de fomento para financiar parques, polos e incubadoras tecnológicas.</p> <p>As regras de fomento a projetos deverão ser definidas</p>
--	--	--

	<p>parceria e para seleção de empresas para ingresso nesses ambientes.</p> <p>§ 2º Para os fins previstos no caput, a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as respectivas agências de fomento e as ICTs públicas poderão</p> <p>I - ceder o uso de imóveis para a instalação e a consolidação de ambientes promotores da inovação, diretamente às empresas e às ICTs interessadas ou por meio de entidade com ou sem fins lucrativos que tenha por missão institucional a gestão de parques e polos tecnológicos e de incubadora de empresas, mediante contrapartida obrigatória, financeira ou não financeira, na forma de regulamento.</p> <p>II - participar da criação e da governança das entidades gestoras de parques tecnológicos ou de incubadoras de empresas, desde que adotem mecanismos que assegurem a segregação das funções de financiamento e de execução</p> <p>Art. 3º-C. A União, os Estados, o Distrito Federal</p>	<p>em regulamento (decreto).</p> <p>Autoriza cessão de espaço público para ambientes promotores da inovação, cuja contrapartida não precisar ser obrigatoriamente financeira. Necessário regulamento (decreto).</p> <p>As financiadoras públicas estão autorizadas a participar da criação e governança (administração) dos parques e incubadoras tecnológicas.</p>
--	---	---

<p>Art. 4º As ICT poderão, mediante remuneração e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio:</p> <p>I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com microempresas e empresas de pequeno porte em atividades voltadas à inovação tecnológica, para a consecução de atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;</p>	<p>e os Municípios estimularão a atração de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas estrangeiras, promovendo sua interação com ICTs e empresas brasileiras e oferecendo-lhes o acesso aos instrumentos de fomento, visando ao adensamento do processo de inovação no País.</p> <p>Art. 3º-D. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e as respectivas agências de fomento manterão programas específicos para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, observando-se o disposto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</p> <p>Art. 4º A ICT pública poderá, mediante contrapartida financeira ou não financeira e por prazo determinado, nos termos de contrato ou convênio</p> <p>I - compartilhar seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações com ICT ou empresas em ações voltadas à</p>	<p>Centros de pesquisas estrangeiros poderão obter acesso a fontes de fomento públicas.</p> <p>Estabelece regras de apoio às microempresas e de pequeno porte.</p> <p>Autoriza o uso dos laboratórios públicos por empresas incubadas - em ações voltadas à inovação - mediante</p>
--	--	--

<p>II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por empresas nacionais e organizações de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, desde que tal permissão não interfira diretamente na sua atividade-fim, nem com ela conflite.</p> <p>Parágrafo único. A permissão e o compartilhamento de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo obedecerão às prioridades, critérios e requisitos aprovados e divulgados pelo órgão máximo da ICT, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades às empresas e organizações interessadas.</p>	<p>inovação tecnológica para consecução das atividades de incubação, sem prejuízo de sua atividade finalística;</p> <p>II - permitir a utilização de seus laboratórios, equipamentos, instrumentos, materiais e demais instalações existentes em suas próprias dependências por ICT, empresas ou pessoas físicas voltadas a atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, desde que tal permissão não interfira diretamente em sua atividade-fim nem com ela conflite;</p> <p>III - permitir o uso de seu capital intelectual em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação.</p> <p>Parágrafo único. O compartilhamento e a permissão de que tratam os incisos I e II do caput obedecerão às prioridades, aos critérios e aos requisitos aprovados e divulgados pela ICT pública, observadas as respectivas disponibilidades e assegurada a igualdade de oportunidades a empresas e demais organizações interessadas.</p>	<p>contrapartidas não financeiras.</p> <p>Autoriza o uso de laboratório público para qualquer tipo de empresa, e mesmo por pessoas físicas, em pesquisa inovadora, mediante contrapartida financeira ou mesmo não financeira.</p> <p>Não estão claras as condições desta permissão. Necessita de regulamento (decreto).</p> <p>Para legitimar o compartilhamento, as ICTs necessitam periodicamente divulgar as suas disponibilidades, via edital.</p>
---	---	--

<p>Art. 5º Fica a União e as de suas entidades autorizada a participar minoritariamente do capital de empresa privada de propósito específico que vise ao desenvolvimento de projetos científicos ou tecnológicos para obtenção de produto ou processo inovadores.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá às instituições detentoras do capital social, na proporção da respectiva participação.</p>	<p>Art. 5º São a União e os demais entes federativos e suas entidades autorizados, nos termos de regulamento, a participar minoritariamente do capital social de empresas, com o propósito de desenvolver produtos ou processos inovadores que estejam de acordo com as diretrizes e prioridades definidas nas políticas de ciência, tecnologia, inovação e de desenvolvimento industrial de cada esfera de governo.</p> <p>§ 1º A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos pertencerá à empresa, na forma da legislação vigente e de seus atos constitutivos.</p> <p>2º O poder público poderá condicionar a participação societária via aporte de capital à previsão de licenciamento da propriedade intelectual para atender ao interesse público.</p> <p>§ 3º A alienação dos ativos da participação</p>	<p>Autorização para que os Estados participem do capital de Empresas. Necessita de regulamento (decreto do chefe dos Entes federados e do PR, no âmbito da União).</p> <p>A propriedade intelectual sobre os resultados obtidos passam a ser da empresa.</p> <p>O governo pode participar do capital da empresa com a condição de que o resultado obtido pertença ao Poder Público.</p> <p>A participação do governo pode ser vendida, com dispensa de</p>
---	---	--

	<p>societária referida no caput dispensa realização de licitação, conforme legislação vigente.</p> <p>§ 4º Os recursos recebidos em decorrência da alienação da participação societária referida no caput deverão ser aplicados em pesquisa e desenvolvimento ou em novas participações societárias.</p> <p>§ 5º Nas empresas a que se refere o caput, o estatuto ou contrato social poderá conferir às ações ou quotas detidas pela União ou por suas entidades poderes especiais, inclusive de veto às deliberações dos demais sócios nas matérias que especificar.</p> <p>§ 6º A participação minoritária de que trata o caput dar-se-á por meio de contribuição financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável, e poderá ser aceita como forma de remuneração pela transferência de tecnologia e pelo licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação de titularidade da União e de suas entidades.</p>	<p>licitação.</p> <p>Os recursos obtidos devem ser reaplicados em pesquisa ou em outra participação societária.</p> <p>Autoriza que a participação no capital de empresa seja resultado (mensurável) possa ser feito com transferência de tecnologia, de titularidade da união/Estados.</p>
--	--	---

<p>CAPÍTULO III DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO</p> <p>Art. 6º É facultado à ICT celebrar contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida.</p> <p>§ 1º A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput deste artigo, deve ser precedida da publicação de edital.</p>	<p>CAPÍTULO III DO ESTÍMULO À PARTICIPAÇÃO DAS ICT NO PROCESSO DE INOVAÇÃO</p> <p>Art. 6º É facultado à ICT pública celebrar contrato de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação por ela desenvolvida isoladamente ou por meio de parceria.</p> <p>§ 1º A contratação com cláusula de exclusividade, para os fins de que trata o caput, deve ser precedida da publicação de extrato da oferta tecnológica em sítio eletrônico oficial da ICT, na forma estabelecida em sua política de inovação.</p> <p>§ 1º-A. Nos casos de desenvolvimento conjunto com empresa, essa poderá ser contratada com cláusula de exclusividade, dispensada a oferta pública, devendo ser estabelecida em convênio ou contrato a</p>	<p>Autoriza a transferência de tecnologia desenvolvida por ICT publica “em parceria”.</p> <p>A cessão de direitos com “exclusividade” deverá ser precedida de “extrato” de oferta tecnológica publicado em site da instituição.</p> <p>Permite exclusividade no licenciamento para parceiro no desenvolvimento de produto/tecnologia. No caso (desenvolvimento conjunto),</p>
---	--	--

<p>§ 2º Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput deste artigo poderão ser firmados diretamente, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento.</p> <p>§ 3º A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICT proceder a novo licenciamento.</p> <p>§ 4º O licenciamento para exploração de criação cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.</p> <p>§ 5º A transferência de tecnologia e o licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de</p>	<p>forma de remuneração.</p> <p>§ 2º Quando não for concedida exclusividade ao receptor de tecnologia ou ao licenciado, os contratos previstos no caput deste artigo poderão ser firmados diretamente, para fins de exploração de criação que deles seja objeto, na forma do regulamento.</p> <p>§ 3º A empresa detentora do direito exclusivo de exploração de criação protegida perderá automaticamente esse direito caso não comercialize a criação dentro do prazo e condições definidos no contrato, podendo a ICT proceder a novo licenciamento.</p> <p>§ 4º O licenciamento para exploração de criação cujo objeto interesse à defesa nacional deve observar o disposto no § 3º do art. 75 da Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996.</p> <p>§ 5º A transferência de tecnologia e o</p>	<p>está dispensada a prévia oferta pública.</p> <p>Exige-se regulamento (pode ser em decreto e mesmo Portaria do MCTI, mais direta e explícita, para todas suas ICTs).</p>
---	--	--

<p>relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.</p> <p>Art. 7º A ICT poderá obter o direito de uso ou de exploração de criação protegida.</p> <p>Art. 8º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à</p>	<p>licenciamento para exploração de criação reconhecida, em ato do Poder Executivo, como de relevante interesse público, somente poderão ser efetuados a título não exclusivo.</p> <p>§ 6º Celebrado o contrato de que trata o caput, dirigentes, criadores ou quaisquer outros servidores, empregados ou prestadores de serviços são obrigados a repassar os conhecimentos e informações necessários à sua efetivação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e penal, respeitado o disposto no art. 12.</p> <p>§ 7º A remuneração de ICT privada pela transferência de tecnologia e pelo licenciamento para uso ou exploração de criação de que trata o § 6º do art. 5º, bem como a oriunda de pesquisa, desenvolvimento e inovação, não representa impeditivo para sua classificação como entidade sem fins lucrativos.</p> <p>Art. 7º A ICT poderá obter o direito de uso ou de exploração de criação protegida.</p>	<p>Obriga o repasse de informações/conhecimento necessários à sua efetivação.</p>
---	---	---

<p>inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo.</p> <p>§ 1º A prestação de serviços prevista no caput deste artigo dependerá de aprovação pelo órgão ou autoridade máxima da ICT.</p> <p>§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.</p> <p>§ 3º O valor do adicional variável de que trata o § 2º deste artigo fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou</p>	<p>Art. 8º É facultado à ICT prestar a instituições públicas ou privadas serviços técnicos especializados compatíveis com os objetivos desta Lei, nas atividades voltadas à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, visando, entre outros objetivos, à maior competitividade das empresas.</p> <p>§ 1º A prestação de serviços prevista no caput dependerá de aprovação pelo representante legal máximo da instituição, facultada a delegação a mais de uma autoridade, e vedada a subdelegação.</p> <p>§ 2º O servidor, o militar ou o empregado público envolvido na prestação de serviço prevista no caput deste artigo poderá receber retribuição pecuniária, diretamente da ICT ou de instituição de apoio com que esta tenha firmado acordo, sempre sob a forma de adicional variável e desde que custeado exclusivamente com recursos arrecadados no âmbito da atividade contratada.</p> <p>§ 3º O valor do adicional variável de que trata o § 2º deste artigo fica sujeito à incidência dos tributos e contribuições aplicáveis à espécie, vedada a</p>	<p>Autoriza a prestação de serviços técnicos especializados, voltados à inovação, às empresas.</p> <p>Ato de autorização para tais serviços poderá ser delegado pelo Ministério aos dirigentes das ICTs vinculadas.</p>
---	---	---

<p>vantagem coletiva ou pessoal.</p> <p>§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura -se, para os fins do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ganho eventual.</p> <p>Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e desenvolvimento de tecnologia, produto ou processo, com instituições públicas e privadas.</p> <p>§ 1º O servidor, o militar ou o empregado público da ICT envolvido na execução das atividades previstas no caput deste artigo poderá receber bolsa de estímulo à inovação diretamente de instituição de apoio ou agência de fomento.</p>	<p>incorporação aos vencimentos, à remuneração ou aos proventos, bem como a referência como base de cálculo para qualquer benefício, adicional ou vantagem coletiva ou pessoal.</p> <p>§ 4º O adicional variável de que trata este artigo configura-se, para os fins do art. 28 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, ganho eventual.</p> <p>Art. 9º É facultado à ICT celebrar acordos de parceria com instituições públicas e privadas para realização de atividades conjuntas de pesquisa científica e tecnológica e de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo.</p> <p>§ 1º O servidor, o militar, o empregado da ICT pública e o aluno de curso técnico, de graduação ou de pós-graduação envolvidos na execução das atividades previstas no caput poderão receber bolsa de estímulo à inovação diretamente da ICT a que estejam vinculados, de fundação de apoio ou de agência de fomento.</p>	<p>Estende a concessão de bolsa, pelas ICTs, a alunos de curso técnico, graduação ou pós-graduação, quando alocados em atividades de pesquisa científica, tecnológica, desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo. (Recomendável regulamentação, via Portaria</p>
---	---	--

<p>§ 2º As partes deverão prever, em contrato, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito ao licenciamento, observado o disposto nos §§ 4º e 5º do art. 6º desta Lei.</p> <p>§ 3º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no § 2º deste artigo serão asseguradas, desde que previsto no contrato, na proporção equivalente ao montante do valor agregado do conhecimento já existente no início da parceria e dos recursos humanos, financeiros e materiais alocados pelas partes contratantes.</p>	<p>§ 2º As partes deverão prever, em instrumento jurídico específico, a titularidade da propriedade intelectual e a participação nos resultados da exploração das criações resultantes da parceria, assegurando aos signatários o direito à exploração, ao licenciamento e à transferência de tecnologia, observado o disposto nos §§ 4º a 7º do art. 6º.</p> <p>§ 3º A propriedade intelectual e a participação nos resultados referidas no § 2º serão asseguradas às partes contratantes, nos termos do contrato, podendo a ICT ceder ao parceiro privado a totalidade dos direitos de propriedade intelectual mediante compensação financeira ou não financeira, desde que economicamente mensurável.</p>	<p>do Ministro da pasta ou do dirigente da ICT. Aconselhável a edição de Portaria ampla do MCTI e específica, <i>a posteriori</i>, das ICTs.</p> <p>Assegura direito de exploração a titular da propriedade intelectual.</p> <p>Autoriza cessão integral de direitos de propriedade intelectual a parceiros privados, mediante compensação econômica mensurável.</p>
--	---	---

	<p>§ 4º A bolsa concedida nos termos deste artigo caracteriza-se como doação, não configura vínculo empregatício, não caracteriza contraprestação de serviços nem vantagem para o doador, para efeitos do disposto no art. 26 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e não integra a base de cálculo da contribuição previdenciária, aplicando-se o disposto neste parágrafo a fato pretérito, como previsto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.</p> <p>9º-A. Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são autorizados a conceder recursos para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação às ICTs ou diretamente aos pesquisadores a elas vinculados, por termo de outorga, convênio, contrato ou instrumento jurídico assemelhado.</p> <p>§ 1º A concessão de apoio financeiro depende de aprovação de plano de trabalho.</p>	<p>Tipifica a bolsa como doação</p> <p>Autoriza repasse de recursos públicos às ICTs e diretamente a pesquisadores (depende de ato da autoridade concedente).</p> <p>Necessário regulamento especificando qual autoridade seria responsável pela</p>
--	---	---

	<p>§ 2º A celebração e a prestação de contas dos instrumentos aos quais se refere o caput serão feitas de forma simplificada e compatível com as características das atividades de ciência, tecnologia e inovação, nos termos de regulamento.</p> <p>§ 3º A vigência dos instrumentos jurídicos aos quais se refere o caput deverá ser suficiente à plena realização do objeto, admitida a prorrogação, desde que justificada tecnicamente e refletida em ajuste do plano de trabalho.</p> <p>§ 4º Do valor total aprovado e liberado para os projetos referidos no caput, poderá ocorrer transposição, remanejamento ou transferência de recursos de categoria de programação para outra, de acordo com regulamento.</p> <p>§ 5º A transferência de recursos da União para ICT estadual, distrital ou municipal em projetos de ciência, tecnologia e inovação não poderá sofrer restrições por conta de inadimplência de quaisquer</p>	<p>aprovação do “plano de trabalho.” (Portaria do MCTI?)</p> <p>Necessário regulamento especificando, explicitando os dados necessários à prestação de contas simplificada.</p> <p>Admite prorrogação de instrumento jurídico originário (acordo de parceria). Não ficou claro, todavia, se este poderá ultrapassar os cinco anos da Lei 8.666.</p> <p>Admite a transferência de recurso, nos moldes autorizados por regulamento (decreto).</p>
--	--	---

<p>Art. 10. Os acordos e contratos firmados entre as ICT, as instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução destes acordos e contratos, observados os critérios do regulamento.</p> <p>Art. 11. A ICT poderá ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada, a título não-oneroso, nos casos e condições definidos em regulamento, para que o respectivo criador os exerça em seu próprio nome e</p>	<p>outros órgãos ou instâncias que não a própria ICT.</p> <p>Art. 10. Os acordos e contratos firmados entre as ICT, as instituições de apoio, agências de fomento e as entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, cujo objeto seja compatível com a finalidade desta Lei, poderão prever recursos para cobertura de despesas operacionais e administrativas incorridas na execução destes acordos e contratos, observados os critérios do regulamento.</p> <p>Art. 11. Nos casos e condições definidos em normas da ICT e nos termos da legislação pertinente, a ICT poderá ceder seus direitos sobre a criação, mediante manifestação expressa e motivada e a título não oneroso, ao criador, para que os exerça em seu próprio nome e sob sua inteira responsabilidade, ou a terceiro, mediante remuneração.</p>	<p>A inadimplência de Estados e Municípios não impede a transferência de recursos a projetos de ciência, tecnologia e inovação de ICTs destes entes federados.</p> <p>Necessita regulamento – Decreto, pois regulamenta regra geral (para todos os Ministérios).</p> <p>As ICTs ficam autorizadas a transferir direitos de sua criação ao criador/inventor (com isenção de pagamento)</p>
---	--	---

<p>sob sua inteira responsabilidade, nos termos da legislação pertinente.</p> <p>Parágrafo único. A manifestação prevista no caput deste artigo deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da instituição, ouvido o núcleo de inovação tecnológica, no prazo fixado em regulamento.</p> <p>Art. 12. É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT.</p> <p>Art. 13. É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida</p>	<p>Parágrafo único. A manifestação prevista no caput deste artigo deverá ser proferida pelo órgão ou autoridade máxima da instituição, ouvido o núcleo de inovação tecnológica, no prazo fixado em regulamento.</p> <p>Art. 12. É vedado a dirigente, ao criador ou a qualquer servidor, militar, empregado ou prestador de serviços de ICT divulgar, noticiar ou publicar qualquer aspecto de criações de cujo desenvolvimento tenha participado diretamente ou tomado conhecimento por força de suas atividades, sem antes obter expressa autorização da ICT.</p> <p>Art. 13. É assegurada ao criador participação mínima de 5% (cinco por cento) e máxima de 1/3 (um terço) nos ganhos econômicos, auferidos pela ICT, resultantes de contratos de transferência de tecnologia e de licenciamento para outorga de direito de uso ou de exploração de criação protegida da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-</p>	<p>ou a terceiro, mediante remuneração. Necessário prévio regulamento (Portaria da ICT, mas a regra geral deve ser emitida pelo Ministério vinculado. Importante verificar o disposto no parágrafo -único deste artigo).</p>
---	--	---

<p>da qual tenha sido o inventor, obtentor ou autor, aplicando-se, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei nº 9.279, de 1996.</p> <p>§ 1º A participação de que trata o caput deste artigo poderá ser partilhada pela ICT entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham contribuído para a criação.</p> <p>§ 2º Entende-se por ganhos econômicos toda forma de royalties, remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros, deduzidas as despesas, encargos e obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual.</p>	<p>se, no que couber, o disposto no parágrafo único do art. 93 da Lei nº 9.279, de 1996.</p> <p>§ 1º A participação de que trata o caput deste artigo poderá ser partilhada pela ICT entre os membros da equipe de pesquisa e desenvolvimento tecnológico que tenham contribuído para a criação.</p> <p>§ 2º Entende-se por ganho econômico toda forma de royalty ou de remuneração ou quaisquer benefícios financeiros resultantes da exploração direta ou por terceiros da criação protegida, devendo ser deduzidos:</p> <p>I - na exploração direta e por terceiros, as despesas, os encargos e as obrigações legais decorrentes da proteção da propriedade intelectual;</p> <p>II - na exploração direta, os custos de produção da ICT.</p>	<p>Incentivo fiscal.</p> <p>Incentivo fiscal.</p>
---	--	---

<p>§ 3º A participação prevista no caput deste artigo obedecerá ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 8º.</p> <p>§ 4º A participação referida no caput deste artigo será paga pela ICT em prazo não superior a 1 (um) ano após a realização da receita que lhe servir de base.</p> <p>Art. 14. Para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a conveniência da ICT de origem.</p> <p>§ 1º As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele</p>	<p>§ 3º A participação prevista no caput deste artigo obedecerá ao disposto nos §§ 3º e 4º do art. 8º.</p> <p>§ 4º A participação referida no caput deste artigo deverá ocorrer em prazo não superior a 1 (um) ano após a realização da receita que lhe servir de base, contado a partir da regulamentação pela autoridade interna competente.</p> <p>Art. 14. Para a execução do disposto nesta Lei, ao pesquisador público é facultado o afastamento para prestar colaboração a outra ICT, nos termos do inciso II do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observada a conveniência da ICT de origem.</p> <p>§ 1º As atividades desenvolvidas pelo pesquisador público, na instituição de destino, devem ser compatíveis com a natureza do cargo efetivo, cargo militar ou emprego público por ele exercido na instituição de origem, na forma do regulamento.</p>	<p>incidência de tributos.</p> <p>Os ganhos somente estarão legitimados a partir da edição de regulamento (Portaria) editada pela ICT (ver o disposto no §1º: “dependerá”).</p> <p>Necessário regulamento interno, como condição de participação em ganhos auferidos.</p> <p>Autoriza afastamento para pesquisador em regime de dedicação exclusiva para servir em outra ICT, quando houver interesse da ICT de origem, sem perda de gratificações.</p>
--	---	---

<p>exercido na instituição de origem, na forma do regulamento.</p> <p>§ 2º Durante o período de afastamento de que trata o caput deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.</p> <p>§ 3º As gratificações específicas do exercício do magistério somente serão garantidas, na forma do § 2º deste artigo, caso o pesquisador público se mantenha na atividade docente em instituição científica e tecnológica.</p> <p>§ 4º No caso de pesquisador público em instituição militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comandante da</p>	<p>§ 2º Durante o período de afastamento de que trata o caput deste artigo, são assegurados ao pesquisador público o vencimento do cargo efetivo, o soldo do cargo militar ou o salário do emprego público da instituição de origem, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, bem como progressão funcional e os benefícios do plano de seguridade social ao qual estiver vinculado.</p> <p>§ 3º As gratificações específicas do pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério, serão garantidas, na forma do § 2º deste artigo, quando houver o completo afastamento de ICT pública para outra ICT, desde que seja de conveniência da ICT de origem.</p> <p>§ 4º No caso de pesquisador público em instituição militar, seu afastamento estará condicionado à autorização do Comandante da Força à qual se subordine a instituição militar a que estiver</p>	<p>Necessário regulamento. Como alcança mais de um Ministério, importante regulamento via Decreto. Depois, via Portaria, para cada entidade e/ou Ministério, para questões específicas. Importante ainda definir se o pesquisador em regime de dedicação exclusiva seria uma condição, ou se seria uma autorização para este segmento de servidor público (ver § 3º).</p>
--	---	--

<p>Força à qual se subordine a instituição militar a que estiver vinculado.</p> <p>Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.</p> <p>§ 1º A licença a que se refere o caput deste artigo dar-se-á pelo prazo de até 3 (três) anos</p>	<p>vinculado.</p> <p>Art. 14-A. O pesquisador público em regime de dedicação exclusiva, inclusive aquele enquadrado em plano de carreiras e cargos de magistério, poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação em ICT ou em empresa e participar da execução de projeto aprovado ou custeado com recursos previstos nesta Lei, desde que observada a conveniência do órgão de origem e assegurada a continuidade de suas atividades de ensino ou pesquisa nesse órgão, a depender de sua respectiva natureza.</p> <p>Art. 15. A critério da administração pública, na forma do regulamento, poderá ser concedida ao pesquisador público, desde que não esteja em estágio probatório, licença sem remuneração para constituir empresa com a finalidade de desenvolver atividade empresarial relativa à inovação.</p> <p>§ 1º A licença a que se refere o caput deste artigo dar-se-á pelo prazo de até 3 (três) anos consecutivos,</p>	<p>Autoriza afastamento de professor para atividades em empresas.</p>
---	---	---

<p>consecutivos, renovável por igual período.</p> <p>§ 2º Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.</p> <p>§ 3º Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.</p>	<p>renovável por igual período.</p> <p>§ 2º Não se aplica ao pesquisador público que tenha constituído empresa na forma deste artigo, durante o período de vigência da licença, o disposto no inciso X do art. 117 da Lei nº 8.112, de 1990.</p> <p>§ 3º Caso a ausência do servidor licenciado acarrete prejuízo às atividades da ICT integrante da administração direta ou constituída na forma de autarquia ou fundação, poderá ser efetuada contratação temporária nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, independentemente de autorização específica.</p> <p>Art. 15-A. A ICT de direito público deverá instituir sua política de inovação, dispondo sobre a organização e a gestão dos processos que orientam a transferência de tecnologia e a geração de inovação no ambiente produtivo, em consonância com as prioridades da política nacional de ciência, tecnologia e inovação e com a política industrial e tecnológica</p>	<p>Transferência de tecnologia no ambiente produtivo. Necessário regulamento, via Decreto.</p>
---	---	---

	<p>nacional</p> <p>Parágrafo único. A política a que se refere o caput deverá estabelecer diretrizes e objetivos:</p> <p>I - estratégicos de atuação institucional no ambiente produtivo local, regional ou nacional;</p> <p>II - de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas;</p> <p>III - para extensão tecnológica e prestação de serviços técnicos;</p> <p>IV - para compartilhamento e permissão de uso por terceiros de seus laboratórios, equipamentos, recursos humanos e capital intelectual;</p> <p>V - de gestão da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia;</p> <p>VI - para institucionalização e gestão do Núcleo</p>	<p>Obriga a ICT de direito público a instituir sua política de inovação, dispondo sobre novas diretrizes a serem observadas pelas ICTs. Regra geral deve ser disposta em regulamento (decreto). Quem define “política” é o Governo central (PR).</p>
--	--	--

<p>Art. 16. A ICT deverá dispor de núcleo de inovação tecnológica, próprio ou em associação com outras ICT, com a finalidade de gerir sua política de inovação.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> São competências mínimas do núcleo de inovação tecnológica:</p> <p>I - zelar pela manutenção da política institucional</p>	<p>de Inovação Tecnológica;</p> <p>VII - para orientação das ações institucionais de capacitação de recursos humanos em empreendedorismo, gestão da inovação, transferência de tecnologia e propriedade intelectual</p> <p>VIII - para estabelecimento de parcerias para desenvolvimento de tecnologias com inventores independentes, empresas e outras entidades.</p> <p>Art. 16. Para apoiar a gestão de sua política de inovação, a ICT pública deverá dispor de Núcleo de Inovação Tecnológica, próprio ou em associação com outras ICTs.</p> <p>§ 1º São competências do Núcleo de Inovação Tecnológica a que se refere o caput, entre outras:</p> <p>I - zelar pela manutenção da política institucional de estímulo à proteção das criações, licenciamento,</p>	<p>Ampara os “arranjos” de NITs. No regulamento seria importante ressaltar que o NIT próprio não exclui a adesão a um arranjo na forma de complemento das atribuições.</p>
---	---	---

<p>de estímulo à proteção das criações, licenciamento, inovação e outras formas de transferência de tecnologia;</p> <p>II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;</p> <p>III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;</p> <p>IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;</p> <p>V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;</p> <p>VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.</p>	<p>inovação e outras formas de transferência de tecnologia;</p> <p>II - avaliar e classificar os resultados decorrentes de atividades e projetos de pesquisa para o atendimento das disposições desta Lei;</p> <p>III - avaliar solicitação de inventor independente para adoção de invenção na forma do art. 22;</p> <p>IV - opinar pela conveniência e promover a proteção das criações desenvolvidas na instituição;</p> <p>V - opinar quanto à conveniência de divulgação das criações desenvolvidas na instituição, passíveis de proteção intelectual;</p> <p>VI - acompanhar o processamento dos pedidos e a manutenção dos títulos de propriedade intelectual da instituição.</p> <p>VII - desenvolver estudos de prospecção tecnológica e de inteligência competitiva no campo da propriedade intelectual, de forma a orientar as</p>	<p>Abre possibilidade para novas competências, além das ora especificadas.</p>
--	--	--

	<p>ações de inovação da ICT.</p> <p>VIII - desenvolver estudos e estratégias para a transferência de inovação gerada pela ICT</p> <p>IX - promover e acompanhar o relacionamento da ICT com empresas, em especial para as atividades previstas nos arts. 6º a 9º;</p> <p>X - negociar e gerir os acordos de transferência de tecnologia oriunda da ICT.</p> <p>§ 2º A representação da ICT pública, no âmbito de sua política de inovação, poderá ser delegada ao gestor do Núcleo de Inovação Tecnológica.</p>	<p>Novas competências para os NITs (negritadas).</p>
--	--	---

<p>Art. 17. A ICT, por intermédio do Ministério ou</p>	<p>§ 3º O Núcleo de Inovação Tecnológica poderá ser constituído com personalidade jurídica própria, como entidade privada sem fins lucrativos.</p> <p>§ 4º Caso o Núcleo de Inovação Tecnológica seja constituído com personalidade jurídica própria, a ICT deverá estabelecer as diretrizes de gestão e as formas de repasse de recursos.</p> <p>§ 5º Na hipótese do § 3º, a ICT pública é autorizada a estabelecer parceria com entidades privadas sem fins lucrativos já existentes, para a finalidade prevista no caput.</p>	<p>Não restou definido “qual a autoridade que delegará” tal competência, se o Ministério ou o dirigente da ICT. Necessário definir em regulamento (como a regra se aplica à Administração como um todo, recomendável constar de regulamento por decreto).</p> <p>Autoriza os NITs a se constituírem com “personalidade jurídica própria”. Importante definir quem autorizaria a efetivação desta constituição (Seria via Decreto ou Portaria Ministerial??).</p> <p>A ICT vinculada deverá</p>
--	--	---

<p>órgão ao qual seja subordinada ou vinculada, manterá o Ministério da Ciência e Tecnologia informado quanto:</p> <p>I - à política de propriedade intelectual da instituição;</p> <p>II - às criações desenvolvidas no âmbito da instituição;</p> <p>III - às proteções requeridas e concedidas; e</p> <p>IV - aos contratos de licenciamento ou de transferência de tecnologia firmados.</p> <p><i>Parágrafo único.</i> As informações de que trata este artigo devem ser fornecidas de forma consolidada, em periodicidade anual, com vistas à sua divulgação, ressalvadas as informações sigilosas.</p> <p>Art. 18. As ICT, na elaboração e execução dos seus orçamentos, adotarão as medidas cabíveis para</p>	<p>Art. 17. A ICT pública deverá, na forma de regulamento, prestar informações ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.</p> <p>Parágrafo único. Aplica-se o disposto no caput à ICT privada beneficiada pelo poder público, na forma desta Lei.</p>	<p>estabelece as diretrizes e os repasses orçamentários.</p> <p>Autoriza a ICT pública a firmar parceria com entidades sem fins lucrativos para os objetivos dos NITs.</p> <p>Informações a serem prestadas ao Ministério. Necessário Regulamento (se legalmente autorizado, o regulamento pode ser por Portaria do Ministro). Os itens I a IV revogados.</p>
--	---	---

a administração e gestão da sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 4º, 6º, 8º e 9º, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e os pagamentos devidos aos criadores e eventuais colaboradores.

Parágrafo único. Os recursos financeiros de que trata o caput deste artigo, percebidos pelas ICT, constituem receita própria e deverão ser aplicados, exclusivamente, em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Art. 18. A ICT pública, na elaboração **e na execução** de seu orçamento, adotará as medidas cabíveis para a administração e a gestão de sua política de inovação para permitir o recebimento de receitas e o pagamento de despesas decorrentes da aplicação do disposto nos arts. 4º a 9º, 11 e 13, o pagamento das despesas para a proteção da propriedade intelectual e o pagamento devido aos criadores e aos eventuais colaboradores.

Parágrafo único. **A captação, a gestão e a aplicação das receitas próprias da ICT pública**, de que tratam os arts. 4º a 8º, 11 e 13, **poderão ser delegadas a fundação de apoio**, quando previsto em contrato ou convênio, devendo ser aplicadas exclusivamente em objetivos institucionais de pesquisa, desenvolvimento e inovação, incluindo a carteira de projetos institucionais e a gestão da política de inovação.

<p>CAPÍTULO IV DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS</p> <p>Art. 19. A União, as ICT e as agências de fomento promoverão e incentivarão o desenvolvimento de produtos e processos inovadores em empresas nacionais e nas entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura, a serem ajustados em convênios ou contratos específicos, destinados a apoiar atividades de pesquisa e desenvolvimento, para atender às prioridades da política industrial e tecnológica nacional.</p> <p>§ 1º As prioridades da política industrial e tecnológica nacional de que trata o caput deste artigo serão estabelecidas em regulamento.</p> <p>§ 2º A concessão de recursos financeiros, sob a forma de subvenção econômica, financiamento ou</p>	<p>CAPÍTULO IV DO ESTÍMULO À INOVAÇÃO NAS EMPRESAS</p> <p>Art. 19. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as ICTs e suas agências de fomento promoverão e incentivarão a pesquisa e o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas brasileiras e em entidades brasileiras de direito privado sem fins lucrativos, mediante a concessão de recursos financeiros, humanos, materiais ou de infraestrutura a serem ajustados em instrumentos específicos e destinados a apoiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, para atender às prioridades das políticas industrial e tecnológica nacional.</p> <p>§ 1º As prioridades da política industrial e tecnológica nacional de que trata o caput deste artigo serão estabelecidas em regulamento.</p> <p>§ 2º-A. São instrumentos de estímulo à inovação</p>	<p>Autoriza a delegação da captação, gestão e a aplicação de receitas próprias das ICTs públicas à “fundação de apoio”.</p>
--	--	---

<p>participação societária, visando ao desenvolvimento de produtos ou processos inovadores, será precedida de aprovação de projeto pelo órgão ou entidade concedente.</p>	<p>nas empresas, quando aplicáveis, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - subvenção econômica; II - financiamento; III - participação societária; IV - bônus tecnológico; V - encomenda tecnológica; VI - incentivos fiscais; VII - concessão de bolsas; VIII - uso do poder de compra do Estado; IX - fundos de investimentos; X - fundos de participação; XI - títulos financeiros, incentivados ou 	<p>Necessário Decreto regulamentador para tornar tais instrumentos viáveis.</p> <p>Lista instrumento de incentivo à inovação.</p>
---	--	--

<p>§ 3º A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.</p> <p>§ 4º O Poder Executivo regulamentará a subvenção econômica de que trata este artigo, assegurada a destinação de percentual mínimo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.</p> <p>§ 5º Os recursos de que trata o § 4º deste artigo serão objeto de programação orçamentária em categoria específica do FNDCT, não sendo obrigatória sua aplicação na destinação setorial originária, sem prejuízo da alocação de outros recursos do FNDCT destinados à subvenção econômica.</p>	<p>não;</p> <p>XII - previsão de investimento em pesquisa e desenvolvimento em contratos de concessão de serviços públicos ou em regulações setoriais.</p> <p>§ 3º A concessão da subvenção econômica prevista no § 1º deste artigo implica, obrigatoriamente, a assunção de contrapartida pela empresa beneficiária, na forma estabelecida nos instrumentos de ajuste específicos.</p> <p>§ 4º O Poder Executivo regulamentará a subvenção econômica de que trata este artigo, assegurada a destinação de percentual mínimo dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT.</p> <p>§ 5º Os recursos de que trata o § 4º deste artigo serão objeto de programação orçamentária em categoria específica do FNDCT, não sendo obrigatória sua aplicação na destinação setorial originária, sem prejuízo da alocação de outros recursos do FNDCT</p>	
---	--	--

	<p>destinados à subvenção econômica.</p> <p>§ 6º As iniciativas de que trata este artigo poderão ser estendidas a ações visando a:</p> <p>I - apoio financeiro, econômico e fiscal direto a empresas para as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica;</p> <p>II - constituição de parcerias estratégicas e desenvolvimento de projetos de cooperação entre ICT e empresas e entre empresas, em atividades de pesquisa e desenvolvimento, que tenham por objetivo a geração de produtos, serviços e processos inovadores</p> <p>III - criação, implantação e consolidação de incubadoras de empresas, de parques e polos tecnológicos e de demais ambientes promotores da inovação;</p> <p>IV - implantação de redes cooperativas para inovação tecnológica;</p>	<p>Também necessário Decreto regulamentador para tornar tais instrumentos viáveis. Algumas ações, que impliquem desembolso financeiro ou que instituem incentivos fiscais, podem necessitar de Lei específica. O apoio financeiro deve constar previamente do orçamento do órgão repassador.</p>
--	--	--

	<p>V - adoção de mecanismos para atração, criação e consolidação de centros de pesquisa e desenvolvimento de empresas brasileiras e estrangeiras;</p> <p>VI - utilização do mercado de capitais e de crédito em ações de inovação;</p> <p>VII - cooperação internacional para inovação e para transferência de tecnologia;</p> <p>VIII - internacionalização de empresas brasileiras por meio de inovação tecnológica;</p> <p>IX - indução de inovação por meio de compras públicas</p> <p>X - utilização de compensação comercial, industrial e tecnológica em contratações públicas;</p> <p>XI - previsão de cláusulas de investimento em pesquisa e desenvolvimento em concessões públicas e em regimes especiais de incentivos</p>	<p>Admite mecanismos de atração de centros de pesquisas estrangeiros.</p> <p>Não diz como se dará...</p> <p>Todos estes dispositivos carecem de regulamento.</p>
--	--	---

<p>Art. 20. Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar empresa, consórcio de empresas e entidades nacionais de direito privado sem fins lucrativos voltadas para atividades de pesquisa, de reconhecida capacitação tecnológica no setor,</p>	<p>econômicos;</p> <p>XII - implantação de solução de inovação para apoio e incentivo a atividades tecnológicas ou de inovação em microempresas e em empresas de pequeno porte</p> <p>§ 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão utilizar mais de um instrumento de estímulo à inovação a fim de conferir efetividade aos programas de inovação em empresas.</p> <p>§ 8º Os recursos destinados à subvenção econômica serão aplicados no financiamento de atividades de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação em empresas, admitida sua destinação para despesas de capital e correntes, desde que voltadas preponderantemente à atividade financiada.</p> <p>Art. 20. Os órgãos e entidades da administração pública, em matéria de interesse público, poderão contratar diretamente ICT, entidades de direito</p>	
---	---	--

<p>visando à realização de atividades de pesquisa e desenvolvimento, que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador.</p> <p>§ 1º Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a que se refere o caput deste artigo a criação intelectual pertinente ao seu objeto cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até 2 (dois) anos após o seu término.</p> <p>§ 2º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.</p> <p>§ 3º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput deste artigo será efetuado proporcionalmente ao resultado obtido nas atividades de pesquisa e desenvolvimento pactuadas.</p>	<p>privado sem fins lucrativos ou empresas, isoladamente ou em consórcios, voltadas para atividades de pesquisa e de reconhecida capacitação tecnológica no setor, visando à realização de atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico, para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto, serviço ou processo inovador.</p> <p>§ 1º Considerar-se-á desenvolvida na vigência do contrato a que se refere o caput deste artigo a criação intelectual pertinente ao seu objeto cuja proteção seja requerida pela empresa contratada até 2 (dois) anos após o seu término.</p> <p>§ 2º Findo o contrato sem alcance integral ou com alcance parcial do resultado almejado, o órgão ou entidade contratante, a seu exclusivo critério, poderá, mediante auditoria técnica e financeira, prorrogar seu prazo de duração ou elaborar relatório final dando-o por encerrado.</p> <p>§ 3º O pagamento decorrente da contratação prevista no caput será efetuado proporcionalmente aos trabalhos executados no projeto, consoante o</p>	<p>Necessário definir quais as situações podem ser alcançadas “por contratação direta”, sem procedimento licitatório, para desenvolvimento/inovação de produtos/processos, com “risco tecnológico”. Necessário Decreto regulamentador.</p>
--	---	---

<p>Art. 21. As agências de fomento deverão promover, por meio de programas específicos, ações de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICT.</p>	<p>cronograma físico-financeiro aprovado, com a possibilidade de adoção de remunerações adicionais associadas ao alcance de metas de desempenho no projeto.</p> <p>§ 4º O fornecimento, em escala ou não, do produto ou processo inovador resultante das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação encomendadas na forma do caput poderá ser contratado mediante dispensa de licitação, inclusive com o próprio desenvolvedor da encomenda, observado o disposto em regulamento específico.</p> <p>§ 5º Para os fins do caput e do § 4º, a administração pública poderá, mediante justificativa expressa, contratar concomitantemente mais de uma ICT, entidade de direito privado sem fins lucrativos ou empresa com o objetivo de</p> <p>I - desenvolver alternativas para solução de problema técnico específico ou obtenção de produto ou processo inovador; ou</p>	<p>Permite pagamentos adicionais a título de remuneração. Necessário definir em regulamento (como alcança mais de um ministério, deve ser via Decreto).</p> <p>Dispensa de licitação para contratar o objeto da inovação encomendada. Necessário</p>
--	--	--

	<p>II - executar partes de um mesmo objeto.</p> <p>Art. 20-A.</p> <p>(vetados artigos)</p> <p>§ 2º Aplicam-se ao procedimento de contratação as regras próprias do ente ou entidade da administração pública contratante</p> <p>§ 3º Outras hipóteses de contratação de prestação de serviços ou fornecimento de bens elaborados com aplicação sistemática de conhecimentos científicos e tecnológicos poderão ser previstas em regulamento</p> <p>§ 4º Nas contratações de que trata este artigo, deverá ser observado o disposto no inciso IV do art. 27.</p> <p>Art. 21. As agências de fomento deverão promover, por meio de programas específicos, ações</p>	<p>regulamento (Decreto).</p>
--	--	--------------------------------------

<p>CAPÍTULO V DO ESTÍMULO AO INVENTOR INDEPENDENTE</p> <p>Art. 22. Ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por ICT, que decidirá livremente quanto à conveniência e oportunidade da solicitação, visando à elaboração de projeto voltado a sua avaliação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização e industrialização pelo setor produtivo.</p>	<p>de estímulo à inovação nas micro e pequenas empresas, inclusive mediante extensão tecnológica realizada pelas ICT.</p> <p>Art. 21-A. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, os órgãos e as agências de fomento, as ICTs públicas e as fundações de apoio concederão bolsas de estímulo à inovação no ambiente produtivo, destinadas à formação e à capacitação de recursos humanos e à agregação de especialistas, em ICTs e em empresas, que contribuam para a execução de projetos de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e para as atividades de extensão tecnológica, de proteção da propriedade intelectual e de transferência de tecnologia.</p> <p>CAPÍTULO V DO ESTÍMULO AO INVENTOR INDEPENDENTE</p> <p>Art. 22. Ao inventor independente que comprove depósito de pedido de patente é facultado solicitar a adoção de sua criação por ICT pública, que decidirá quanto à conveniência e à oportunidade da</p>	<p>Como este artigo foi vetado (20 A), os parágrafos abaixo perdem o vínculo necessário. Os parágrafos se referem a que? O Decreto poderia, desde que não criando regras novas, explicitar tal ausência.</p> <p>Tratamento preferencial.</p>
---	---	---

<p>§ 1º O núcleo de inovação tecnológica da ICT avaliará a invenção, a sua afinidade com a respectiva área de atuação e o interesse no seu desenvolvimento.</p> <p>§ 2º O núcleo informará ao inventor independente, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a decisão quanto à adoção a que se refere o caput deste artigo.</p> <p>§ 3º Adotada a invenção por uma ICT, o inventor independente comprometer-se-á, mediante contrato, a compartilhar os ganhos econômicos auferidos com a exploração industrial da invenção protegida.</p>	<p>solicitação e à elaboração de projeto voltado à avaliação da criação para futuro desenvolvimento, incubação, utilização, industrialização e inserção no mercado.</p> <p>§ 1º O núcleo de inovação tecnológica da ICT avaliará a invenção, a sua afinidade com a respectiva área de atuação e o interesse no seu desenvolvimento.</p> <p>§ 2º O núcleo informará ao inventor independente, no prazo máximo de 6 (seis) meses, a decisão quanto à adoção a que se refere o caput deste artigo.</p> <p>§ 3º O inventor independente, mediante instrumento jurídico específico, deverá comprometer-se a compartilhar os eventuais ganhos econômicos auferidos com a exploração da invenção protegida adotada por ICT pública.</p> <p>Art. 22-A. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, as agências de fomento e as ICTs públicas poderão apoiar o inventor independente que comprovar o depósito de patente de sua criação,</p>	<p>Nova modalidade de bolsa de estímulo. Recomendável constar de regulamento as atividades beneficiadas por este dispositivo (Decreto).</p> <p>Recomendável que esta alternativa conste dos regulamentos das ICTs (Portaria).</p>
---	---	---

<p>CAPÍTULO VI DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO</p> <p>Art. 23. Fica autorizada a instituição de fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação, caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas.</p>	<p>entre outras formas, por meio de:</p> <p>I - análise da viabilidade técnica e econômica do objeto de sua invenção</p> <p>II - assistência para transformação da invenção em produto ou processo com os mecanismos financeiros e creditícios dispostos na legislação;</p> <p>III - assistência para constituição de empresa que produza o bem objeto da invenção;</p> <p>IV - orientação para transferência de tecnologia para empresas já constituídas.</p> <p>CAPÍTULO VI DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO</p> <p>Art. 23. Fica autorizada a instituição de fundos mútuos de investimento em empresas cuja atividade principal seja a inovação, caracterizados pela comunhão de recursos captados por meio do sistema de distribuição de valores mobiliários, na forma da Lei</p>	
---	--	--

<p>Parágrafo único. A Comissão de Valores Mobiliários editará normas complementares sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos, no prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei.</p> <p>CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 24. A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"Art. 2º</p> <p>.....</p> <p>VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de</p>	<p>nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, destinados à aplicação em carteira diversificada de valores mobiliários de emissão dessas empresas.</p> <p>Parágrafo único. A Comissão de Valores Mobiliários editará normas complementares sobre a constituição, o funcionamento e a administração dos fundos, no prazo de 90 (noventa) dias da data de publicação desta Lei.</p> <p>CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS</p> <p>Art. 24. A Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com as seguintes alterações:</p> <p>"<u>Art. 2º</u></p>	
---	--	--

<p>professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação. "Art. 4º</p> <p>IV - 3 (três) anos, nos casos dos incisos VI, alínea 'h', e VII do art. 2º;</p> <p>Parágrafo único.</p> <p>V - no caso do inciso VII do art. 2º, desde que o prazo total não exceda 6 (seis) anos." (NR)</p> <p>Art. 25. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:</p>	<p>.....</p> <p>VII - admissão de professor, pesquisador e tecnólogo substitutos para suprir a falta de professor, pesquisador ou tecnólogo ocupante de cargo efetivo, decorrente de licença para exercer atividade empresarial relativa à inovação.</p> <p>"Art. 4º.....</p> <p>..</p> <p>IV - 3 (três) anos, nos casos dos incisos VI, alínea 'h', e VII do art. 2º;</p> <p><u>Parágrafo</u> <u>único</u>.</p> <p>.....</p> <p>V - no caso do inciso VII do art. 2º, desde que o prazo total não exceda 6 (seis) anos." (NR)</p>	<p>Lei nº 8.745/93: Regulamenta a contratação excepcional de servidor, por interesse público.</p>
---	--	---

<p>"Art. 24. ...</p> <p>XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.</p> <p>Art. 26. As ICT que contemplem o ensino entre suas atividades principais deverão associar, obrigatoriamente, a aplicação do disposto nesta Lei a ações de formação de recursos humanos sob sua responsabilidade.</p> <p>Art. 27. Na aplicação do disposto nesta Lei, serão</p>	<p>Art. 25. O art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:</p> <p>"Art. 24. ...</p> <p>XXV - na contratação realizada por Instituição Científica e Tecnológica - ICT ou por agência de fomento para a transferência de tecnologia e para o licenciamento de direito de uso ou de exploração de criação protegida.</p> <p>Art. 26. As ICT que contemplem o ensino entre suas atividades principais deverão associar, obrigatoriamente, a aplicação do disposto nesta Lei a ações de formação de recursos humanos sob sua responsabilidade.</p> <p>Art. 26-A. As medidas de incentivo previstas nesta Lei, no que for cabível, aplicam-se às ICTs públicas que</p>	<p>Regula a dispensa de licitação.</p>
--	--	--

<p>observadas as seguintes diretrizes:</p> <p>I - priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do País e na Amazônia, ações que visem a dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica;</p> <p>II - atender a programas e projetos de estímulo à inovação na indústria de defesa nacional e que ampliem a exploração e o desenvolvimento da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental;</p> <p>III - assegurar tratamento favorecido a empresas de pequeno porte; e</p> <p>IV - dar tratamento preferencial, na aquisição de bens e serviços pelo Poder Público, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País.</p>	<p>também exerçam atividades de produção e oferta de bens e serviços.</p> <p>Art. 27. Na aplicação do disposto nesta Lei, serão observadas as seguintes diretrizes:</p> <p>I - priorizar, nas regiões menos desenvolvidas do País e na Amazônia, ações que visem a dotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica;</p> <p>II - atender a programas e projetos de estímulo à inovação na indústria de defesa nacional e que ampliem a exploração e o desenvolvimento da Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e da Plataforma Continental;</p> <p>III - assegurar tratamento diferenciado, favorecido e simplificado às microempresas e às empresas de pequeno porte.</p> <p>IV - dar tratamento preferencial, diferenciado e favorecido, na aquisição de bens e serviços pelo poder público e pelas fundações de apoio para a execução de projetos de desenvolvimento institucional da</p>	<p>Dispensa licitação para contratar ou licenciar “criação protegida”.</p>
--	--	--

<p>Art. 28.A União fomentará a inovação na empresa mediante a concessão de incentivos fiscais com vistas na consecução dos objetivos</p>	<p>instituição apoiada, nos termos da Lei nº 8.958, de 20 de dezembro de 1994, às empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País e às microempresas e empresas de pequeno porte de base tecnológica, criadas no ambiente das atividades de pesquisa das ICTs.</p> <p>V - promover a simplificação dos procedimentos para gestão dos projetos de ciência, tecnologia e inovação e do controle por resultados em sua avaliação.</p> <p>VI - promover o desenvolvimento e a difusão de tecnologias sociais e o fortalecimento da extensão tecnológica para a inclusão produtiva e social.</p> <p>Art. 27-A. Os procedimentos de prestação de contas dos recursos repassados com base nesta Lei deverão seguir formas simplificadas e uniformizadas e, de forma a garantir a governança e a transparência das informações, ser realizados anualmente, preferencialmente, mediante envio eletrônico de informações, nos termos de regulamento.</p>	<p>Estende incentivos de que trata esta Lei às ICTs.</p> <p>As “Fundações de Apoio” também devem dar tratamento</p>
--	---	--

<p>estabelecidos nesta Lei.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei para atender o previsto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>Art. 28. A União fomentará a inovação na empresa mediante a concessão de incentivos fiscais com vistas na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Lei.</p> <p>Parágrafo único. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional, em até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação desta Lei, projeto de lei para atender o previsto no caput deste artigo.</p> <p>Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p>	<p>preferencial na aquisição de bens/projetos desenvolvidos em ambientes das atividades de pesquisa criadas em ambientes das ICTs.</p> <p>Simplificar projetos de gestão (necessário Regulamento para os Ministérios, que exigem tais marcadores). Bom constar do Decreto, pois a regra atinge mais de um Ministério.</p>
--	---	--

		<p>Incentivos fiscais: exige nova Lei.</p>
--	--	---